



**MARCO  
MACIEL**

**AVANÇO DIGITAL E HIATO SOCIAL**

# AVANÇO DIGITAL E HIATO SOCIAL

**O** Brasil é hoje, graças a investimentos cada vez maiores em educação, ciência e tecnologia, um país mais habilitado a enfrentar os desafios da economia globalizada. Entretanto, muitos problemas que nos confrontam no século atual podem limitar nossa capacidade de crescer economicamente e, sobretudo, de superar as nossas enormes desigualdades.

Um desses problemas, certamente, refere-se à questão do acesso às novas tecnologias da informação e do conhecimento. Elas estão alterando as noções de tempo e espaço, promovendo mudanças acentuadas na vida das pessoas e, por sua enorme perfusão, cambiando as relações econômicas, as formas de trabalho e o relacionamento entre os povos.

No território da política, essas tecnologias têm permitido uma notável interação entre as pessoas, ajudando a “democratizar” as decisões públicas e podem tornar possível, num futuro próximo, ao lado da democracia representativa, formas mais participativas de governo. Isso sem se falar das amplas possibilidades no sentido de descentralização das atividades do Estado e da abertura de novos caminhos para o exercício da cidadania.

Paradoxalmente, contudo, como tem salientado o Presidente Fernando Henrique, é visível, no mundo globalizado e das tecnologia digitais, a existência de déficit de governança no plano internacional. E isso implica, necessariamente, também num déficit de cidadania e participação popular nos processos decisórios. As pessoas sentem que suas vidas estão sendo crescentemente afetadas por métodos sobre os quais têm pouca ou nenhuma capacidade de influência. Daí a importância de o Brasil preconizar, em articulação com outros países em desenvolvimento, medidas para evitar que o hiato digital contribua para agravar o hiato social.

É evidente que o chamado hiato digital se alimenta de um preexistente hiato social. Carências acumuladas, em matéria de educação e de formação profissional, atuam como entrave ao usufruto dos benefícios prometidos pela revolução digital. Não basta, portanto, fazer a pobreza diminuir; é preciso também impedir que o fosso entre ricos e pobres continue a aumentar. O acesso a tecnologias

modernas poderá converter-se em relevante instrumento de inclusão social e potencializar a igualdade de oportunidades.

Essa não é uma questão a ser tecnicamente resolvida, seja pelo aumento da oferta de telefonia móvel ou, ainda, pela simples disseminação de computadores junto a populações de baixa renda. Faz-se necessário assegurar preparo e amparo às camadas sociais mais carentes para assegurar-lhes os benefícios da revolução digital, mediante ação comum e bem definida do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Tal parcela da população precisa de formação e treinamento específicos. O mero aumento de acesso e conectividade não surtirá o efeito desejado. Isto porque a oportunidade digital se esgotaria nas empresas fornecedoras de bens e serviços.

A grande revolução tecnológica no setor, por se tratar de meio ensejador de conhecimento e de sua difusão, pervade todo mundo. Como afirmou recentemente o Presidente do Senado Argentino, Mário Losada, "conhecimento é hoje mais do que nunca poder. Poder no sentido de capacidade, de possibilidade de fazer". Ademais constitui, acrescenta ele, "um fenômeno absolutamente novo que não conhece antecedentes nem se pode assemelhar a outras experiências ou desenvolvimentos tecnológicos na história da humanidade".

Urge, assim, ver nessa tecnologia uma fronteira a demandar maiores atenções, inclusive na definição dos marcos regulatórios ao acesso à informação e questões correlatas, que devem ser tratadas no âmbito de instituições de vocação universal como a ONU e em outros foros multilaterais, inclusive nas agências de fomento (Banco Mundial, BID, etc.), e no G-8 que, no encontro de Gênova, discutirá a questão digital, inclusive os riscos de exclusão social. O quadro que vier a resultar do exame poderá consagrar regras definidoras das relações de poder no mundo, afetando as possibilidades de crescimento das nações em desenvolvimento e sua inserção na comunidade internacional.

A viabilização de uma verdadeira sociedade de informação-conhecimento, que venha a propiciar a correção das desigualdades internas e externas, e a construir uma comunidade aberta e integradora vai depender, certamente, da nossa capacidade de estabelecer consensos nacionais e internacionais para contemplar, de forma diferenciada, os países em crescimento.

Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, Vice-Presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se Senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo no Senado Federal relevantes funções, inclusive as de Líder de seu partido, o PFL. Deputado Federal por duas legislaturas, presidiu a Câmara dos Deputados e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidente da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de haver exercido o mandato de Deputado Estadual e desempenhado as funções de líder do governo na Assembleia Legislativa.

Em meio às atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram nas seguintes leis: que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); da arbitragem para dirimir litígios; que regulamenta estágios de estudantes em empresas. Por sua inspiração, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei que restaurou a representatividade da UNE e da UBES, proscritas desde 1964.

Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); e *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves); *Idéias Liberais e Realidade* (1989, José Olympio Editora); e *Manual do Vereador* (1987, Massao Ohno).

Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.

*Vice-Presidência da República - Palácio do Planalto. Anexo II - CEP 70083-900 - Brasília - DF*  
*Telefone: (061) 411-2240 - Fax: (061) 225-8840 - E-mail: verissimo@planalto.gov.br*